

## **As mulheres e os valores religiosos na biografia de Santa Dulce dos Pobres**

**Women and religious values in the biography of Santa Dulce dos Pobres**

**Mujeres y valores religiosos en la biografía de Santa Dulce dos Pobres**

**Felipe Adam**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul | felipeadam91@gmail.com

**Karina Janz Woitowicz**

Universidade Estadual de Ponta Grossa | karinajw@gmail.com

**Resumo:** O artigo sustenta-se em uma abordagem de gênero para observar o modo como são construídos valores religiosos em torno da atuação das mulheres na Igreja Católica Apostólica Romana. A partir do conceito de hagiografia (DOSSE, 2009), toma-se como objeto de estudo a obra biográfica jornalística *Irmã Dulce, a santa dos pobres* (ROCHA, 2019), que apresenta a protagonista Dulce como mulher, religiosa e santa. Para tanto, desenvolve-se uma reflexão sobre religiosidade e relações de gênero com o propósito de identificar o modo como a trajetória da personagem, projetada na biografia, apresenta sintonia com o ideal de participação feminina no campo religioso. Apoiado ainda nas referências a respeito da história das mulheres (PERROT, 1988; 2005; NUNES, 1998; 2004; 2008), o texto tensiona, sob determinada perspectiva, o impacto da canonização da primeira mulher brasileira, bem como as relações de poder na estrutura social.

**Palavras-chave:** Santa Dulce dos Pobres; biografia; hagiografia; mulheres; Igreja Católica.

**Abstract:** The article is based on a gender approach to observe the way that religious values are built around the role of women in the Roman Catholic Church. Based on the concept of hagiography (DOSSE, 2009), the journalistic biographical work *Irmã Dulce: a santa dos pobres* (ROCHA, 2019) is taken as an object of study that analyses the protagonist Dulce as a woman, religious and saint. Therefore, the work develops a reflection about religiosity and genders relations with the purpose of identifying the way that the trajectory of character, projected in the biography, presents harmony with ideal of female participation in the religious field. Still supported by references to the history of women (PERROT, 1988, 2005; NUNES, 1998, 2004, 2008), the text stresses, from a certain perspective, the impact of the canonization of the first Brazilian woman, as well as the power relations in the social structure.

**Keywords:** Santa Dulce dos Pobres; biography; hagiography; women; Catholic Church.

**Resumen:** El artículo parte de un enfoque de género para observar cómo se construyen los valores religiosos en torno al rol de la mujer en la Iglesia Católica Romana. Con base en el concepto de hagiografía (DOSSE, 2009), se toma como objeto de estudio la obra biográfica periodística *Irmã Dulce: a santa dos pobres* (ROCHA, 2019), en la que se analiza a la protagonista Dulce como mujer, religiosa y santa. Por ello, el trabajo desarrolla una reflexión sobre la religiosidad y las relaciones de género con el propósito de identificar cómo la trayectoria del personaje, proyectada en la biografía, se sintoniza con el ideal de participación femenina en el campo religioso. Todavía sostenido por referencias a la historia de la mujer (PERROT, 1988, 2005; NUNES, 1998, 2004, 2008), el texto destaca, desde cierta perspectiva, el impacto de la canonización de la primera mujer brasileña, así como las relaciones del poder en la estructura social.

**Palabras clave:** Santa Dulce dos Pobres; biografía; hagiografía; mujeres; Iglesia Católica.

## Introdução

Após a comprovação de dois milagres pela comissão de médicos do Vaticano, o Papa Francisco anunciou, em maio de 2019, que Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes, a Irmã Dulce<sup>1</sup> – também conhecida por populares como Anjo Bom da Bahia (ROCHA, 2019) –, se tornaria santa. O reconhecimento reverberou além do Atlântico, no maior reduto católico do mundo, e apenas oficializou o que a população local nutria pela freira desde 13 de março de 1992, quando faleceu em Salvador (BA), aos 77 anos de idade.

A data da canonização – domingo, 13 de outubro de 2019 – coincidiu com o dia em que se completavam seis anos e sete meses do pontificado de Francisco. Um dia antes, comemorou-se a festa de Nossa Senhora Aparecida, a “Padroeira do Brasil” (ALVAREZ, 2014), e, ainda, os 88 anos do monumento ao Cristo Redentor, edificado no morro do Corcovado, no Rio de Janeiro (RJ), considerado uma das sete maravilhas do mundo moderno. Além de Irmã Dulce, foram canonizados, na mesma data, o teólogo e cardeal inglês John Henry Newmann – um dos principais intelectuais cristãos do século 19 –, a religiosa italiana Giuseppina Vannini, a religiosa indiana Mariam Thresia Chiramel Mankidiyan e a catequista suíça Margherita Bays (IRMÃ DULCE..., 2019, online). Destaca-se o fato de quatro mulheres figurarem entre os cinco canonizados, o que revela o reconhecimento de religiosas pela Igreja, contrastando, de certo modo, com um processo de exclusão sustentado historicamente e reproduzido pela hierarquia católica (FERNANDES, 2004).

Irmã Dulce foi denominada Santa Dulce dos Pobres e se tornou uma das primeiras mulheres nascidas no Brasil a serem canonizadas pela Igreja Católica Apostólica Romana. Em 2017, Francisco já havia canonizado 30 mártires do Rio Grande do Norte, sendo cinco deles mulheres. Antes, em 2002, o Papa João Paulo II reconheceu a santidade da italiana Amabile Lucia Visintainer (1865-1942), que viveu parte da vida e morreu em terras brasileiras, atribuindo-lhe o título de Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus. O mesmo pontífice também canonizou, em 1988, o paraguaio Roque Gonzáles de Santa Cruz (1576-1628) e os espanhóis Afonso Rodrigues (1598-1628) e Juan de Castillo (1595-1628), três religiosos que atuaram no oeste do estado do Rio Grande do Sul. Antônio de Sant’Anna Galvão (1739-1822), o Frei Galvão, se tornou o primeiro santo brasileiro, em 2007, pelas mãos de Bento XVI. O espanhol José de Anchieta (1534-1597), canonizado por Francisco, em 2014, completa a lista dos santos que mantiveram relação com o Brasil.

Este artigo objetiva observar a prática religiosa a partir de uma aproximação com os estudos feministas e de gênero, de modo a compreender a construção de valores acerca das mulheres que optaram pela vida consagrada. Para entender a temática global das mulheres consagradas, utiliza-se a biografia *Irmã Dulce, a santa dos pobres*, escrita pelo jornalista Graciliano Rocha (2019). Por meio desse objeto empírico, a protagonista será analisada pelo conceito de hagiografia (DOSSE, 2009) e, em seguida, discutir-se-á a inserção da mulher na prática religiosa.

---

<sup>1</sup> A santa teve a vida recontada nas telas pelo filme *Irmã Dulce*, que estreou no Brasil no dia 27 de novembro de 2014. Dirigido por Vicente Amorim, a cinebiografia foi protagonizada pelas atrizes Bianca Comparato e Regina Braga. Disponível em: <<https://globofilmes.globo.com/filme/irmadulce/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

Segundo Dosse (2009, p. 137-138), a hagiografia é um tipo de biografia que “privilegia as encarnações humanas do sagrado e ambiciona torná-las exemplares para o resto da humanidade” e que “ênfatisa as descrições espaciais de lugares sagrados para enraizar a figura santa que é seu espírito protetor”. Com maior impacto na Idade Média, as vidas de santos se popularizam num momento em que a Igreja Católica concentrava poder e definia o que era conhecimento:

Desde logo, o santo é santo graças ao olhar dos outros, daqueles que fabricam sua lenda dourada, e em seguida dos leitores que ali vão buscar uma possível identificação. Para ser considerado um homem possuído por Deus, é preciso ainda que ele reúna número suficiente de testemunhas prontas a corroborar essa certeza e cujos depoimentos, recolhidos num dossiê, são apresentados para uma eventual canonização (DOSSE, 2015, p. 139).

A origem da hagiografia está relacionada à lembrança dos primeiros mártires. Posteriormente, esse tipo de narrativa auxiliará na peregrinação a locais de culto, com preces e invocações. Alain Boureau (apud DOSSE, 2009), a respeito da *Lenda áurea*<sup>2</sup>, categoriza as santidades em grupos, como os santos originais, diretamente abençoados pelo contato com Cristo, como os 12 apóstolos; os santos antigos, muitos deles mártires; e os históricos, aqueles religiosos que possuíam alguma relação com a Igreja.

Nos tópicos seguintes, busca-se discutir aspectos da religiosidade no Brasil e a participação da mulher na Igreja, constituindo as bases contextuais para a análise da biografia de Santa Dulce dos Pobres.

## A religiosidade e as práticas de devoção no Brasil

A tradição de devoção aos santos se inicia no Brasil no período colonial, com a inserção de valores oriundos da Igreja Católica e o posterior processo de hibridização com a cultura local e as práticas de outras vertentes religiosas. As histórias de santos e os milagres a eles atribuídos envolvem trajetórias de martírio, caridade e dedicação a Deus e ao próximo. Com a canonização de Irmã Dulce, o país registra o reconhecimento de 37 santos e 51 beatos (TOLEDO, 2019). No total, são 30 homens e 7 mulheres considerados santos pela Igreja.

Diversas foram as manifestações de santidade registradas desde a colonização, sendo os conventos os espaços femininos por excelência de penitências e milagres. De acordo com Mott (1994, p. 56),

mesmo antes da fundação de nosso primeiro convento feminino, desde as primeiras décadas da colonização, são aqui instalados diversos recolhimentos, onde virgens, viúvas, desquitadas ou mesmo ex-prostitutas, dedicavam-se enclausuradas, mas sem votos, à vida religiosa, no mais das vezes usando hábito e seguindo a regra da Ordem Terceira da Penitência ou de Nossa

---

<sup>2</sup> Obra composta por 180 capítulos, organizada pelo beato Tiago de Voragine, no século 13, e que reunia a narrativa litúrgica a respeito das vidas dos santos (DOSSE, 2015).

Senhora do Carmo. Várias fundadoras destas casas pias, também como acontecia em Portugal, viveram e morreram com nota de santidade.

A relação entre o catolicismo oficial e as manifestações de devoção popular constituem uma marca da cultura brasileira, que assume característica sincrética, forjada ao longo do tempo em razão de práticas de exclusão e preconceito. Sabe-se que, com o advento da República, são projetados valores de uma sociedade “civilizada” e, também, condenadas práticas que contrastam com hábitos e tradições não-oficiais ligados à religiosidade (SEVCENKO, 1983).

A proibição de festas populares, como a da Malhação do Judas e a do Bumba Meu Boi, bem como o combate policial a todas as formas de religiosidade popular, fazia parte do processo de desenvolvimento do país. A resistência cultural figura nesse contexto como um modo de sobrevivência e de expressão dos modos de vida daqueles grupos considerados excluídos, que se encontravam à margem do acesso a determinados serviços e da própria ação da Igreja Católica. Esse aspecto da cultura popular dialoga com a perspectiva teórica da folkcomunicação (BELTRÃO, 2001), na medida em que compreende o lugar atribuído aos grupos marginalizados e as tensões que se estabelecem em meio ao reconhecimento da religiosidade oficial e a invisibilidade de crenças e práticas populares.

É a partir da observação dos meios informais de comunicação utilizados pelos grupos subalternos que Beltrão (2001, p. 74) reconhece os diversos “meios através dos quais as camadas menos cultas e economicamente mais frágeis da sociedade urbana e rural se informam e cristalizam a sua opinião para uma ação”. Entre essas práticas, a religiosidade figura como forma de manifestação de modos de pensar e sentir do povo (MARQUES DE MELO; GOBBI; DOURADO, 2006; OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido, a propagação de santos não canônicos, muitos deles conhecidos somente por meio da tradição oral, é responsável por constituir um imaginário em que personagens oficiais e não oficiais se misturam em torno da fé cristã. Os locais de devoção a santos populares, em diversas cidades brasileiras, são marcados pelas práticas ex-votivas, que representam, simbolicamente, os pedidos feitos pelos fiéis e as graças recebidas, baseados em princípios cristãos. Segundo Beltrão (1971, p. 11),

o ex-voto é fabricado em madeira, cerâmica, pano, cera, papel, fitas, linhas, cordões, papelão, cartolina, chifre, gesso, pedra-sabão, coco e outros materiais, inclusive plásticos. Se bem que o seu valor artístico esteja no artesanato – a peça laboriosamente trabalhada pelo próprio beneficiado da graça, que procura caprichar na modelagem, nas cores, no traço do pincel quando se trata de quadro, para demonstrar ao santo da sua devoção o quanto lhe está agradecido – o seu valor documental é mais amplo.

Igualmente são reflexos da fé católica no Brasil os templos dedicados a santos reconhecidos oficialmente pela Igreja, como o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida<sup>3</sup>,

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.a12.com/santuario>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

em Aparecida (SP), o Santuário Santa Paulina<sup>4</sup>, em Nova Trento (SC), o Santuário Frei Galvão<sup>5</sup>, em Guaratinguetá (SP), e o Santuário Santa Dulce<sup>6</sup>, em Salvador.

Dosse (2009, p. 139) considera que “a vida do santo desenvolve-se, basicamente, como uma configuração de lugares sagrados”, algo também observado por Rocha (2019, p. 199), que afirma: “O túmulo de Irmã Dulce é objeto de devoção de milhares de pessoas que peregrinam até a periferia de Salvador nos momentos de desespero, doença e dor”.

É interessante ainda observar que, na terra de Santa Dulce, a imbricação entre o catolicismo e o candomblé atinge o ponto máximo, conforme também descreve Rocha (2019, p. 123):

Em janeiro, a Lavagem do Bomfim homenageia o Senhor do Bomfim e Oxalá, orixá associado à criação do mundo e da espécie humana. Em fevereiro, o tradicional bairro do Rio Vermelho recebe uma multidão, que deposita num barco suas oferendas a Iemanjá – a divindade feminina do mar, sincretizada com a Virgem Maria. Os meses vão se sucedendo, de festa em festa, até o ano acabar em dezembro, quando Salvador se ornamenta de branco e vermelho para reverenciar Santa Bárbara/Iansã.

Em relação a locais de devoção religiosa, vale também destacar os relacionados a Padre Cícero Romão Batista – que, embora não reconhecido pela Igreja Católica, é venerado por milhares de romeiros que peregrinam anualmente até Crato (CE), em homenagem ao “Padim Ciço” (NETO, 2009) – e a Frei Damião de Bozzano – a respeito de quem foi construído um Memorial Santuário, em Guarabira (PB) –, bem como a diversos outros santos populares cultuados em espaços de peregrinação existentes no território nacional.

Mesmo antes de ser canonizada, Irmã Dulce já tinha reconhecimento popular, sendo atribuídos a ela diversos milagres e curas. Percebe-se, assim, que a devoção à santa constitui um modo de expressão da religiosidade profundamente enraizado nas heranças do catolicismo, com elementos que se somam às práticas de devoção popular.

## A participação das mulheres na Igreja

Perrot (2005, p. 10), ao analisar as desigualdades historicamente construídas entre homens e mulheres, destaca um processo de exclusão que perpassa sobretudo os campos militar, religioso e político. Trata-se de uma lógica de silenciamento, reiterada através dos tempos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento: “aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se”.

De acordo com Nunes (2008, p. 72), “a civilização do controle e do medo instaurada pelo cristianismo, associada à repressão do prazer e à suspeita sobre o sexo, é inseparável da desvalorização simbólica e social das mulheres”. O papel das mulheres, associado à maternidade, reafirma o espaço doméstico como *locus* da atuação feminina e, consequentemente, como condição de inferioridade social.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://santuariosantapaulina.org.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.santuariofreigalvao.com/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.irmadulce.org.br/portugues/religioso/santuario>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

Os reflexos das leis internas do catolicismo, que atribuem exclusivamente aos homens o sacerdócio, atingem diretamente as mulheres, uma vez que estabelecem um lugar social, político e simbólico hierarquizado com base nas diferenças. Fernandes (2005, p. 425) lembra que, “em 1994, o papa João Paulo II lançou a carta apostólica *Ordinatio Sacerdotalis* na qual o tema é dado por encerrado a partir de argumentações de caráter teológico”, que apresentam como inquestionável o sacerdócio exclusivamente para os homens em razão da tradição cristã. Na análise de Nunes (1998, n.p),

as consequências de uma tal exclusão no campo religioso não se limitam ao fato de que as mulheres ficam impedidas de aceder às instâncias decisórias da instituição. Estendem-se ainda ao campo simbólico, relegando a população feminina à condição de poluidora do sagrado.

Até o Concílio Vaticano II<sup>7</sup>, o saber teológico era moldado pelos homens. Embora as mulheres pudessem se dedicar à vida religiosa, esse caminho era controlado majoritariamente pelo sexo masculino. “A história da vida religiosa feminina no Brasil é marcada por submissão e transgressões, passividade e criatividade” (NUNES, 2004, p. 483). A começar pelo ingresso no convento. Ao contrário das colônias vizinhas, da América espanhola, as interessadas em seguir a “vocação” religiosa no Brasil colônia precisavam ter dinheiro para bancar a vida enclausurada. Além disso, a metrópole portuguesa não via com bons olhos o surgimento de locais destinados a formar mulheres para a Igreja. “Os conventos representavam uma ameaça aos objetivos reais por retirar da sociedade parte de sua população potencialmente fértil” (NUNES, 2004, p. 484). Entretanto, apesar de algumas dicotomias, essas estruturas eclesiais apenas refletiam o que ocorria fora de seus limites, já que o “código de virtuosidade é idêntico para monjas e para esposas, ou seja, elas deverão ser virtuosas, servir a Deus [marido], esquecer de si mesmas, e esperar para serem salvas” (EGGERT; PEREIRA, 2015, p. 277). Os conventos, assim, funcionavam como espaços de segregação social, não apenas de gênero, mas de renda e cor.

Diferenças de classe e de raça atravessavam e conformavam os processos de constituição e as formas de realização dessas instituições religiosas. A exigência de “pureza de sangue” para o ingresso no convento significava sua interdição para mestiças e para filhas de judeus, os chamados “cristãos novos”. Dado esse elitismo, em que somente filhas de famílias social e politicamente importantes eram admitidas como religiosas, ter uma filha no claustro tornava-se fator de prestígio social (NUNES, 2004, p. 486).

Prestígio para a família, trauma para a menina. Motivada por apostas, loucuras ou términos de relacionamentos, a ida para o convento se tornava a penalidade máxima por um descaso parental. Em outros casos, poderia servir como um refúgio diante das

---

<sup>7</sup> Convocado pelo Papa João XXIII, em 1961, o Concílio Vaticano II serviu para propor mudanças na estrutura da Igreja Católica Apostólica Romana, de modo que se aproximasse dos fiéis. Entre as pautas dessa reunião de dignitários eclesiais, estiveram discussões a respeito das celebrações e do celibato clerical. O concílio foi encerrado em 1965, já no pontificado do Papa Paulo VI.

atrocidades que já aconteciam nos círculos familiares. Tratadas com desprezo, as meninas buscavam na vida religiosa uma alternativa de acesso ao mundo intelectual, embora muito limitado. “Houve aquelas que, refugiadas no claustro, pediram o divórcio de maridos que as maltratavam fisicamente ou dissipavam sua herança. As casas religiosas foram ainda, por muito tempo, um dos poucos lugares em que as mulheres aprendiam a ler e a escrever” (NUNES, 2004, p. 488).

O século XIX será marcado por duas inovações. Primeiro, pelo fato de surgirem redes escolares católicas durante o período imperial, cuja missão foi a de ensinar e educar meninas, sob o comando de freiras estrangeiras – das quase 5.000 escolas secundárias existentes à época, 60% eram comandadas pela Igreja (NUNES, 2004). Segundo, por despontar religiosas que saíam dos conventos e se aproximavam da vida cotidiana da população normal. “Diferentemente das freiras enclausuradas do período colonial, elas têm em seu projeto alguma forma de atuação social; sua imagem é a da ‘irmã de caridade’, boa, solícita, atuante e dedicada aos necessitados” (NUNES, 2004, p. 492).

Diante dessas mudanças, a vida religiosa feminina permaneceu em estabilidade institucional até meados da década de 1960. “Os recursos advindos das próprias obras, especialmente dos colégios, das doações de particulares, de incentivos governamentais, na forma de não pagamento de impostos e de benefícios suplementares, garantiam às ordens religiosas um certo suporte financeiro” (NUNES, 2004, p. 495–496). Para se manter firme diante das novidades culturais que o mundo enfrentava, a Igreja Católica precisou demarcar o campo por meio de um ideal religioso, que serviu para alimentar o imaginário coletivo em relação à negação de valores mundanos que as religiosas costumavam defender.

Os modos de vestir-se; os pesados hábitos religiosos, inspirados nas camponesas européias em muitas congregações; os altos muros rodeando a área conventual, e mesmo os colégios; os horários rígidos; as exigências de silêncio às refeições; a obediência estrita; as penitências; enfim, tudo isso criava um mundo à parte cheio de mistérios que povoavam a imaginação de quantos se acercavam das religiosas. Essa forma de viver se dava tanto nos conventos – sedes das congregações e ordens – quanto nas “obras” – colégios, hospitais e casas de assistência, como asilos e orfanatos (NUNES, 2004, p. 497).

A partir de uma leitura contextual acerca das restrições e das limitações apresentadas para a inserção das mulheres na vida religiosa no Brasil, avalia-se, na sequência, como a biografia de Santa Dulce dos Pobres contribui para o entendimento de um assunto ainda pouco estudado nos círculos acadêmicos.

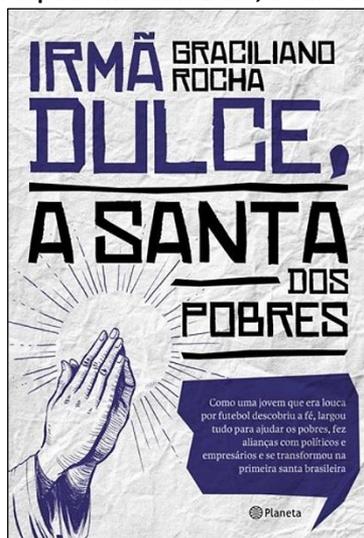
### **Dulce: Mulher. Religiosa. Santa**

Como antecipado, a biografia de Santa Dulce foi publicada pela editora Planeta. Embora essa casa não seja reconhecida como uma editora religiosa – diferentemente de Paulus, Petra (pertencente ao Grupo Ediouro) e Vozes –, seu catálogo inclui outros títulos a respeito de personalidades religiosas, como *Jesus de Nazaré: do batismo no Jordão à*

*transfiguração e Jesus de Nazaré: da entrada em Jerusalém até a Ressurreição*, ambos de 2017, e *São Sebastião: o mártir que desafiou o imperador ao se declarar soldado de Cristo*, de 2018.

Ao seguir uma das recomendações de Vilas Boas (2008), Rocha (2019, p. 227) revela transparência a respeito da escrita biográfica: “Consultei documentos espalhados pelo Brasil, Estados Unidos e Itália/Vaticano. Para interpretá-los, foi necessário entrevistar cerca de 100 pessoas – muitas delas, mais de uma vez”. Sabe-se que Rocha cobriu a renúncia do Papa Bento XVI, em fevereiro de 2013, mas, no livro (Figura 1), o autor não revela a motivação pela escolha da biografada. Não se sabe a real justificativa do trabalho: se é por ser devoto de Santa Dulce, se a obra é resultado de uma promessa religiosa ou se se trata de uma pauta reconhecida por um jornalista com inserção em temas do catolicismo. O certo é que a biografia funcionou como uma tentativa de entender o fenômeno de peregrinações a Salvador. Resultado de oito anos de pesquisas, é composta por 36 capítulos, divididos em quatro partes.

**Figura 1. Capa do livro *Irmã Dulce, a santa dos pobres***



Fonte: Reprodução.

**#PraTodoMundoVer:** Imagem exibe o título e o subtítulo do livro: “*Irmã Dulce, a santa dos pobres*. Como uma jovem que era louca por futebol descobriu a fé, largou tudo para ajudar os pobres, fez alianças com políticos e empresários e se transformou a primeira santa brasileira”. Apresenta também o nome do autor, Graciliano Rocha, e o selo da editora Planeta. No canto inferior esquerdo, há o desenho de duas mãos postas em oração.

A biografia serviu como ferramenta para melhor entendimento da temática proposta em debate neste texto. Para fins didáticos, sugere-se analisar a biografada Dulce a partir de três quesitos relacionados à vida religiosa: a mulher Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, a religiosa Irmã Dulce e a Santa Dulce dos Pobres.

Maria Rita nasceu em Salvador, no dia 26 de maio de 1914, sendo a segunda filha do casal Augusto Lopes Pontes e Dulce Maria de Souza Brito. “Dulce [mãe de Santa Dulce

dos Pobres] seguia o figurino que a sociedade esperava das moças da época: cozinhava, costurava, bordava, pintava e tocava piano. Além do pendor musical, a freira puxara os traços do rosto da mãe” (ROCHA, 2019, p. 22). Influenciada pela mãe, Maria Rita aprendeu a rezar o terço em honra da Virgem Maria e a frequentar periodicamente a igreja. Essas características associam Dulce Maria ao modelo hegemônico da época, em razão dos atributos desejados para as mulheres (educada, prendada e devota), idealizados principalmente para aquelas das classes mais abastadas.

Inicialmente, é válido refletir sobre o culto mariano, devoção da fé católica à mãe de Jesus Cristo. Durante o período imperial brasileiro, e em boa parte do período republicano, colégios católicos educavam os alunos a partir do modelo cristão tradicional e tinham como foco a figura materna de Nossa Senhora. “O simbolismo da figura de Maria, virgem e mãe, é marcante para as mulheres; concentra uma ambiguidade extrema pela valorização concomitante da virgindade e da maternidade” (NUNES, 2004, p. 495). Quanto ao primeiro aspecto, o fato das mulheres se manterem castas fazia com que a Igreja abençoasse a pureza feminina e presenteasse o sujeito masculino por meio do matrimônio, a tal ponto que a mulher fosse comparada a uma mercadoria.

Cabe salientar que nessa hierarquia as virgens têm lugar de preponderância sendo consideradas pecadoras tão somente pela sua origem e devem se conservar castas, pois assim se mantêm entre as preferidas de Jesus Cristo. Quanto às viúvas, encontram-se em segundo lugar na escala desde que não mais copulem, pelo fato de haverem perdido a virgindade em virtude do casamento. Já as mulheres casadas estão em terceiro lugar, uma vez que, mesmo praticando o ato sexual apenas por obrigação, estão sendo acometidas e estão cometendo o pecado carnal (MEDEIROS; ZIMERMANN, 2015, p. 429).

O casamento funcionava como um adestramento, e a maternidade era a repercussão do modelo moral da “boa e santa mãe” (PRIORE, 1993). Soma-se a isso a função de dona de casa e o fato de que, em meio a sacrifícios e traições, as mulheres precisavam sofrer sozinhas, como espécie de mártires. “As heroínas domésticas [...] restabelecem a harmonia do lar e a paz da família. Elas têm o poder – e o dever – de agir bem” (PERROT, 1988, p. 181). Servem de modelo ideal da mulher conservadora e submissa, exemplo para as filhas.

Maria Rita ficaria órfã de mãe aos sete anos: Dulce sofreu uma hemorragia muito violenta após o nascimento da sexta filha, Regina. Para auxiliar na educação dos filhos, o pai Augusto recorreu à ajuda das tias. “A religiosidade de Maria Rita aflorou na adolescência. A tia Maria Magdalena indiscutivelmente influenciou nessa evolução. Magdaleninha, provável figura materna para quem a menina se voltou após a morte de Dulce, era a típica igrejeira” (ROCHA, 2019, p. 29).

Em geral, é possível entender que a vida religiosa era uma forma de ascensão social às famílias de baixa renda. “Como os pais destes tinham pouco a oferecer aos filhos – além de uma vida dura semelhante à sua própria –, o caminho da vocação oferecia a possibilidade de acesso à instrução, que era um bem bastante restrito” (ROCHA, 2019, p. 37). Maria Rita, porém, não se encaixava nessa categoria; pelo contrário, era de uma família tranquila quanto a rendimentos e, ademais, decidiu ingressar no convento por espontânea vontade.

Formada professora em 1932, ela ingressou um ano depois na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição.

A partir do Capítulo 4 de sua biografia – *Mergulho no silêncio* –, o leitor conhece aspectos e rotinas das meninas que optaram pela vida consagrada. No caso da protagonista, a partir de agosto de 1933:

Antiquada, a definição de freira como esposa de Cristo caiu em desuso, mas carregava um paradoxo interessante: ao mesmo tempo que uma freira deveria encarar seu voto de virgindade como um casamento místico com Jesus, totalmente casto, em que pensamentos impuros eram um pecado grave, havia também um certo toque de romantismo na cabeça de jovens ainda na adolescência ou mal saídas dela. O padre perguntou a cada uma se queria fazer parte da Congregação. Ao ouvir o “sim” da postulante baiana, o sacerdote respondeu: “De hoje em diante não te chamarás mais Maria Rita e sim, Irmã Dulce”. As moças se retiraram para uma sala contígua, onde o rito prosseguiu com a mestra que retirou o véu da noiva e cortou seus cabelos bem curtos – sinal de desprendimento e consagração. Em seguida, elas vestiram o hábito de noviça (ROCHA, 2019, p. 42).

A união com a Igreja tornava incólumes as noviças, que viveriam sem cometer pecados que pudessem desagradar a Deus. Além disso, o ingresso no convento representava uma cisão com a família e um amadurecimento forçado. A quebra dos laços afetivos simbolizava a distinção entre os considerados perfeitos e os pecadores. “Os primeiros habitavam instituições sagradas, enquanto pais, mães e irmãos continuavam no mundo secular e profano” (ROCHA, 2019, p. 45). Inseridas numa bolha, num mundo paralelo, elas encaravam uma realidade diferente do que muitas imaginavam. “A atmosfera era opressiva. O véu e o uniforme das postulantes eram pretos para expressar a morte aos prazeres do mundo” (ROCHA, 2019, p. 46). Após superar os desafios, a noviça Dulce se tornou freira em agosto de 1934.

As partes 2 e 3 da biografia enquadram as atividades da biografada. É possível saber que foi através do contato com o Sanatório Espanhol que Irmã Dulce descobriu a vocação para atuar junto aos doentes e que, embora sendo professora formada, faltavam-lhe atitudes mais enérgicas que pudessem controlar os ânimos dos alunos em sala de aula. Considerada apolítica, ela evitava opinar sobre a realidade administrativa do país, embora tenha vivenciado duas ditaduras – o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar (1964-1985) – e se colocado ao lado dos grupos menos favorecidos e dos movimentos organizados.

Estrela do movimento operário católico brasileiro na capital baiana, Irmã Dulce vestiu a roupagem de uma personagem subversiva, isto é, de alguém que precisou enfrentar as resistências da época<sup>8</sup> e se posicionar diante das autoridades paternalistas para poder ser ouvida e, enfim, receber atenção junto aos pobres que ajudava.

Como uma estrategista sagaz, buscava nos coronéis a esperança de ampliar a rede social que coordenava na capital baiana – em especial, na comunidade de Alagados. “Irmã

---

<sup>8</sup> Irmã Dulce ajudou a formar a União Operária São Francisco, que se transformou em Círculo Operário da Bahia. Sua atuação junto aos trabalhadores envolveu também a criação de um colégio para os filhos dos operários e a fundação de cinemas, que contribuíam para a manutenção do Círculo Operário (BELO, 2019).

Dulce se apressava em visitar a zona que toda Salvador evitava. Ao lado de seus pobres no albergue improvisado, Alagados virou sua prioridade. Durante três décadas, ela visitou a favela regularmente para distribuir alimentos, remédios, recolher doentes e evangelizar” (ROCHA, 2019, p. 100). Vivía o apostolado na junção de caridade aos doentes e educação aos menores abandonados.

As próprias religiosas, empenhadas na direção de colégios, hospitais e “obras de caridade”, acabam por criar uma área de certa autonomia e de exercício de alguma forma de poder. À frente de instituições de propriedade das congregações, em muitos casos, elas administram seus recursos financeiros e direcionam as atividades com relativa independência; desenvolvem sua capacidade de liderança; exercem cargos de chefia, aparecendo como agentes dinâmicas e inovadoras em suas áreas de trabalho (NUNES, 2004, p. 494-495).

Esse aspecto contrasta com a imagem tradicionalmente vinculada às personagens religiosas, relacionada à submissão absoluta. Algumas particularidades da história de Santa Dulce conferem um caráter de resistência a suas ações, como a ocupação do galinheiro do Convento de Santo Antônio para atendimento aos doentes e a ocupação de imóveis para os mais necessitados em uma localidade de Salvador conhecida como Ilha dos Ratos. O trabalho junto aos pobres e doentes e a identificação com as causas do movimento operário católico sugerem um tipo de protagonismo que reconfigura o lugar ocupado pelas mulheres na hierarquia da Igreja Católica e propõe outras dinâmicas nas relações de poder vigentes na sociedade.

Uma das contribuições da biografia é esclarecer ao público leigo – na parte 4 – os caminhos do processo de beatificação e, posteriormente, de canonização. A dificuldade em agregar documentos que comprovem o passado de um indivíduo é um dos desafios, ainda mais pelo fato de que esses materiais precisam testemunhar a favor do postulante. Embora a devoção não estivesse oficializada pelo Vaticano, a população já pedia a intercessão de Irmã Dulce, em bilhetes, recados ou orações. “As cartas formam um bonito mosaico de fé popular, das aspirações de pessoas simples e da força que procuram em Deus para vencer os desafios da vida” (ROCHA, 2019, p. 200). De fato, Dosse (2009, p. 139) explica que, “desde logo, o santo é santo graças ao olhar dos outros, daqueles que fabricam sua lenda dourada, e em seguida dos leitores que ali vão buscar uma possível identificação”. A relação dos fiéis com o santo é diretamente proporcional. “Quanto mais o modo de vida do crente se afasta do modo de vida do santo, mais o primeiro delega esse desejo de pureza ao segundo, erigido em porta-voz cujos favores devem ser conquistados” (DOSSE, 2009, p. 144).

Pela leitura da obra, percebe-se que o livro biográfico – como produto cultural – ajuda a questionar os valores hegemônicos milenares impostos pela Igreja Católica Apostólica Romana. A partir das três abordagens propostas neste artigo, observou-se a visão da instituição Igreja a respeito da mulher e sua relação entre virgindade e maternidade; a representação da mulher como religiosa; e as estratégias do catolicismo para iluminar as mulheres como seres de fé, mas, acima de tudo, como símbolos da fé cristã. Afinal, os

valores idealizados pela Igreja Católica estão embutidos na descrição da protagonista nesses três pontos de observação.

## Considerações finais

Este artigo preocupou-se, a partir da análise do livro *Irmã Dulce, a santa dos pobres*, em apresentar uma síntese da participação feminina na vida religiosa no Brasil, em meio a temáticas tidas como polêmicas pela Igreja, como a virgindade e a maternidade, problematizadas a partir da perspectiva das desigualdades de gênero. A partir da leitura, constatou-se que a biografia, como um gênero mercadológico, representa uma oportunidade de leitura e serve como um instrumento de entendimento a respeito de um nicho mais global. Além disso, infere-se que a volatilidade do protagonista em pertencer a múltiplos espaços – notadamente, a associação entre a vida religiosa e a atuação junto às comunidades mais necessitadas – auxilia na compreensão do indivíduo e serve a uma marca contextual associada aos lugares conquistados pelas mulheres no interior da Igreja.

Observa-se, ainda, que canonizar uma mulher brasileira é uma das estratégias do pontificado de Francisco. Diante do crescimento das igrejas neopentecostais – além das filosofias budistas e das doutrinas espíritas –, o Vaticano permanece atento às mudanças na Igreja, e o Papa tem se esforçado para adaptar a instituição às demandas contemporâneas. Enquanto temas ainda polêmicos são negligenciados, o caminho é apostar na santificação de pessoas que deixaram um legado durante a passagem terrena. Até o dia 13 de outubro de 2019, Francisco já havia transformado 897 beatos em santos (VEIGA, 2019) – um recorde, em apenas seis anos de pontificado. Entre os nomes que ascenderam à categoria de santo estão os de pessoas contemporâneas, como os Papas João XXIII, Paulo VI e João Paulo II, além de Madre Teresa de Calcutá, o que torna os canonizados mais próximos dos fiéis.

A trajetória de Santa Dulce dos Pobres, registrada na obra analisada, se filia a certos pressupostos e a valores que contribuem para fortalecer a fé cristã: o início da vida religiosa ainda na adolescência, a abnegação, o trabalho assistencial, a dedicação a Deus e ao próximo; enfim, uma vida que levou Irmã Dulce a ser popularmente reconhecida como santa. A hagiografia, neste sentido, materializa em uma história singular a valorização de um tipo de protagonismo feminino circunscrito às lógicas da Igreja Católica, mas, ao mesmo tempo, questionador da exclusão e da desigualdade social.

## Referências

ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil*. São Paulo: Globo, 2014.

BELO, Mariana. Irmã Dulce: Da infância à morte, veja trajetória de fé e caridade da baiana que será canonizada. *G1*, 13 ago. 2019. Disponível em: <<https://acortar.link/FaQjPq>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Folkcomunicação*. São Paulo: USP, 1971.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

EGGERT, Edla; PEREIRA, Nancy Cardoso. Freiras e religiosas – as mulheres consagradas. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015. p. 273-281.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. A não-ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 425-436, maio/ago. 2005.

\_\_\_\_\_. “*Ser padre pra ser santo*”; “*ser freira pra servir*”. A construção social da vocação religiosa – uma análise comparativa entre rapazes e moças no Rio de Janeiro. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

IRMÃ DULCE é canonizada pelo Papa Francisco e se torna a primeira santa brasileira. *G1*, 13 out. 2019. Disponível em: <<https://acortar.link/nkylVs>>. Acesso em: 13 out. 2019.

MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; DOURADO, Jacqueline Lima (Orgs.). *Folkcom, do ex-voto à indústria dos milagres: a comunicação dos pagadores de promessas*. Teresina: Halley, 2006.

MEDEIROS, Márcia Maria de; ZIMERMANN, Tânia Regina. Marianismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015. p. 426-430.

MOTT, Luiz. Santos e santas no Brasil colonial. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 13, p. 44-66, jun. 1994.

NETO, Lira. *Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NUNES, Maria José Rosado. Direitos, cidadania das mulheres e religião. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 67-81, nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 482-509.

\_\_\_\_\_. Mulheres na Igreja Católica: elementos para uma crítica do poder religioso. In: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA, 8., 1998, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ACSR, 1998.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de (Org.). *Ex-votos do Brasil: arte e folkcomunicação*. Salvador: Quarteto, 2016.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, Brasília: José Olympio, Edunb, 1993.

ROCHA, Graciliano. *Irmã Dulce, a santa dos pobres*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TOLEDO, Marcelo. Com Irmã Dulce, Brasil tem 37 santos e 51 beatos; conheça alguns deles. *Folha de S.Paulo*, 10 out. 2019. Disponível em: <<https://acortar.link/gspgcB>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VEIGA, Edson. O que faz do papa Francisco o maior canonizador da história da Igreja Católica. *BBC News Brasil*, 1 jul. 2019. Disponível em <<https://acortar.link/1FZYJQ>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Unesp, 2008.

**Felipe Adam**

Jornalista. Doutorando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

**Karina Janz Woitowicz**

Professora do curso de graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Realizou estágio de pós-doutorado no Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Equador). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).